

21/4/99  
20  
A2

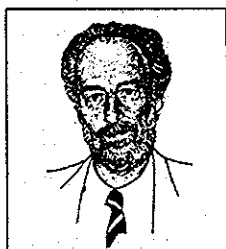
WASHINGTON NOVAES

## Entre fatos e boatos

**O** episódio em que um raio supostamente desativou o sistema de transmissão de energia elétrica a grande distância e o abastecimento em grande parte do País sugere a necessidade de uma rediscussão do modelo centralizado em megageradoras e a reavaliação desse setor como um todo. Não pode servir, mais uma vez, como já está acontecendo, apenas como oportunidade para que o lobby em favor da construção de novas e grandes geradoras se manifeste, usando velhos e esgotados argumentos – em lugar de uma análise serena do panorama e de uma indispensável correção de rumos.

Pela enésima vez se está apregoando, aqui e ali, que só a crise econômica adiou a falta de energia, o racionamento, os apagões – quando os números estão aí mesmo para contrariar a tese que se reitera, sem comprovação na realidade, há uns 15 anos, pelo menos. Dizem os defensores desse “alarmar” que essa crise fez o consumo nacional de energia elétrica subir “apenas 5%”, e não os 7% previstos. Por isso, como dispomos de uma capacidade teórica de gerar 59,3 mil MW e uma capacidade real de 44 mil MW, não houve um problema com a demanda de 42 mil MW no chamado horário de pico (das 17 às 20 horas). Como se a diferença entre 59,3 mil MW e 44 mil MW fosse permanente e devesse ser incluída permanentemente nos cálculos – e não fosse, como reconhecem os próprios defensores da expansão do sistema, produto da desativação temporária de sistemas para manutenção, sistemas isolados (que continuam funcionando e abastecendo regiões do País) e sistemas de autoprodução (idem).

Na verdade, o consumo nacional subiu 4,4% (em 1977, 6,5%), enquanto o consumo industrial, ainda responsável por 42,9% do total, só aumentou 0,6%, quando a previsão era de 4,7%. Este ano, provavelmente crescerá menos



**O desperdício de energia pode ser contabilizado em pelo menos R\$ 2,8 bilhões/ano**

ainda, já que as previsões mais conservadoras admitem queda de 4% no PIB. E, como está prevista a entrada em operação de novas geradoras, a sobra deverá ser maior.

Por outro ângulo, também é necessário repetir, pela enésima vez, que esses raciocínios não levam em conta que as perdas na matriz energética brasileira são enormes (e é possível reduzi-las muito), assim como no sistema de transmissão a longa distância, que se vai ampliar com o linhão norte-sul. E que fora do horário de pico a sobra de energia é muito grande (pode chegar a quase 80% nos horários da madrugada). Tudo isso sugerindo um estudo sério sobre relocação de horários de atividades (sem novos investimentos, em momento de escassez de recursos) e sobre a necessidade de programas de conservação de energia e eficiência energética em todos os setores de consumo.

De fato, boa parte da expansão programada (Tucuruí, por exemplo, onde a capacidade de geração será mais que duplicada) se destina a atender à demanda do setor eletrointensivo (alumínio, principalmente), antes que se defina quem paga o prejuízo já em curso com os subsídios nas tarifas a essa indústria, da ordem de centenas de milhões de reais. E antes que o País discuta – como precisa – se quer continuar exportando em escala crescente, com prejuízo econômico e ambiental, aquilo que as nações industrializadas deixaram de fabricar, exatamente por causa desse prejuízo. Principalmente sabendo que o crescimento do consumo na área das eletrointensivas foi maior que no conjunto da indústria em várias décadas.

O adiamento do leilão das usinas da Chesf – pela simples razão de que não é possível fazê-lo antes que se definam plenamente as regras sobre utilização de recursos hídricos (a quem pertence o direito de uso da água? Às hidrelétricas? À irrigação? À navega-

ção? Ao abastecimento das cidades?) – é mais um bom exemplo de como a questão nessa área pode ser complexa e exige cuidados.

Não bastasse tudo isso, a dolarização dos preços nesse setor está levando a impasses complicados e a possíveis desfechos com repercussão na área da inflação. Basta ver, por exemplo, o que está acontecendo na área de embalagens de alumínio para cervejas e refrigerantes, na qual a queda-de-braço entre os fabricantes desses produtos e a indústria do alumínio não tem ainda solução – e pode representar dezenas de milhões de reais a cada mês para o consumidor, a quem serão transferidos os custos adicionais.

Mas é na área de conservação de energia e eficiência energética que a discussão precisa ser mais intensa. Todos os estudos oficiais mostram que o simples desperdício de energia pode ser contabilizado em pelo menos R\$ 2,8 bilhões/ano. E que o investimento necessário para conservar energia pode ser dez vezes menor que o investimento em nova geração.

Entre 1995 e 1997, o Procel, um programa de conservação de energia da própria Eletrobrás, conseguiu economizar 4,3 mil GWh de energia – equivalentes à produção de uma usina de 980 MW, que custaria R\$ 2 bilhões –, investindo apenas R\$ 76 milhões. Quanto não teria poupado se se houvesse aplicado R\$ 202 milhões, como estava previsto? De qualquer forma, a energia já economizada é suficiente para abastecer durante um ano mais de 2 milhões de residências. Por que cogitar, então, de aplicar R\$ 8 bilhões anuais na expansão da geração, e não um décimo disso em conservação e uso eficiente?

Enquanto essas discussões não ocorrem, vamos sendo atropelados pelos fatos e pelos boatos. Vamos pagar, no mínimo, 24% mais pela energia de Itaipu, já que suas tarifas, pelo fato de a usina ser binacional, foram dolarizadas. Vamos pagar caríssimo pela energia de Porto Primavera (entre US\$ 300 e US\$ 400 por MWh, e não US\$ 120, como poderia ser), por causa dos juros sobre os custos acumulados em anos de postergação. E assistimos, perplexos, a essa discussão em que as candidatas a novas pri-

vatizações no setor redobram suas exigências para participar dos leilões: que não se exija delas nenhum investimento na expansão da capacidade e das redes, que o governo federal assumo o risco cambial nos contratos, que os prazos de concessão sejam ampliados, que não haja exigências quanto ao desempenho.

É evidente que, antes de novos passos, é necessário fazer algumas perguntas. Não é possível reavaliar o setor, principalmente a possibilidade de conservação e programas de uso eficiente da energia, antes de investir na expansão ou na venda de ativos? Essa prioridade para a conservação não exige regras claras e definidas nas privatizações, para que não se diga depois que a conservação pode implicar redução de faturamento e, por isso, não é compatível com os objetivos de quem adquire os ativos?

Essas questões, pelo simples bom senso, já deveriam estar colocadas desde o início das privatizações. Evitariam grande parte dos problemas que já estamos enfrentando e geram insatisfação dos usuários, multas, etc. Evitariam, por exemplo, na área das telecomunicações, o fechamento dos postos telefônicos considerados pouco lucrativos ou deficitários – deixando a população mais pobre sem alternativas para os interurbanos que não os orlhões. Ou o fechamento dos postos das empresas de energia nas localidades menores.

Poderão evitar também problemas à frente, quando se chegar à pretendida privatização do saneamento. Além das questões jurídicas (como cobrar, sem serviço medido, uma nova tarifa para o tratamento de esgotos, por exemplo?), será preciso definir como se fará para expandir a coleta e o tratamento de esgotos, assim como o fornecimento de água tratada, aos setores de baixa renda? Que empresa se interessará por isso, se a privatização ocorrer na área?

Já há muitas questões sobre a mesa, à espera de resposta. Sensatez e responsabilidade em hora tão difícil exigem definições claras, antes de avançar.